



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

## A SALA DE RECURSOS COMO OPORTUNIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM TEATRAL

VANESSA DAYANE ALVES DA SILVA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar o papel do professor/oficineiro de teatro na sala de recurso na escola pública. O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e tem por objetivo o melhor atendimento aos alunos regulares da sala de recursos. A relação entre o Teatro e os alunos especiais atendidos na sala de recursos será descrito e analisado nesse artigo através da análise de relatos, documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e referências sobre os temas: sala de recurso, educação especial, Teatro e educação e formação do professor/oficineiro de Teatro. A metodologia aplicada será capaz para que seja entendido o real papel dessa política pública na escola pública de ensino básico.

Palavras-chave: sala de recurso. Educação especial. Teatro e educação.

**Abstract:** This paper aims to examine the role of the teacher / theater oficineiro in the resource room in the public school. The Multifunction Resource Rooms Deployment Program, established by the MEC / SEESP by Ministerial Decree No. 13/2007, part of the Education Development Plan - PDE and aims to better serve regular students of the resource room. The relationship between the theater and the students served in special resource room will be described and analyzed in this article by analyzing reports, official documents of the Ministry of Education (MEC) and references on the themes: resource room, special education and Theatre education and teacher training / oficineiro Theatre. The applied methodology will be able to be understood the real role of this public policy in public school elementary education.

Keywords: Resource room. Special education. Theater and Education.

### Introdução

A educação especial no Brasil ainda é muito embrionária poucas são as adaptações normativas e políticas para esse público na escola. Há apenas duas décadas, o perfil dos alunos especiais na escola básica eram crianças que contavam com salas específicas em poucas escolas, com esses alunos estando afastados dos demais alunos. O estudo acadêmico do teatro no processo de ensino e aprendizagem no ensino básico também é recente e é carente de pesquisas.

A formação profissional e pedagógica da comunidade escolar (Diretor, coordenador, professor, secretário, merendeiro, serviços gerais, bibliotecário etc.), independente da área é um condutor obrigatório nas universidades e cursos uma formação. Os docentes devem estar preparados para realizar planejamentos, liderar recursos e situações, ensinar a todos com projetos de igualdade, podendo fazer uma inclusão adequada para atender com a base no conhecimento do professor junto com a comunidade escolar.

O estudo e trabalho qualificado para lidar com pessoas com necessidades especiais normalmente está entre médicos e professores que atendem diretamente esse público. Todos os cursos de licenciatura deveriam ensinar libras (língua brasileira de sinal) pelo menos o básico. Ou seja, aqueles que não trabalham diretamente não se interessam, na verdade mesmo entre os profissionais desse grupo ainda sim não existe a devida capacitação. Com as ofertas de poucos recursos de uma aprendizagem formadora tendo assim poucos meios de formação.

Esse pouco interesse de comunicação também representa o desinteresse formal, com poucos estudos, pesquisas e menor ainda na linha pedagógico-artística-teatral. No curso de licenciatura em teatro a única matéria que almeja ao atendimento para uma parte de alunos com especificidade especiais se encontra restrita a matéria que ensina libras a qual só existem sessenta horas onde é lecionada no último semestre e se na escola onde esse licenciado for lecionar a ver alunos com especificidade motora, mental? Como esse licenciado lidará com essas questões? É preciso ter uma melhor formação, principalmente os que trabalham com o público e pontualmente um curso de “teatro” que além de trabalhar com o público em diversas dimensões da sociedade e não apenas da escola.

Os profissionais que atendem o aluno especial na escola precisam ser melhor preparados, não apenas em sua formação inicial, mas na formação continuada que deve acontecer a partir das redes de ensino que abrigam políticas públicas de atendimento e de inclusão desses alunos, como o programa federal “sala de recurso”.

Antigamente, num passado não muito distante os alunos especiais, conhecidos como “idiotas” ficavam longe dos alunos ditos “normais”, e eram isolados em salas afastadas dos demais alunos, só para eles. Atualmente essas salas não existem mais, no entanto, a chamada sala de recurso são compactas e muitas vezes igualmente afastadas. Será que essas salas não seguem o princípio de aglomeração? Será que por não funcionarem como deveriam elas não reforçam a exclusão? A experiência mostra que as salas de recursos são desestruturadas e os profissionais despreparados, pelo menos, formalmente para trabalhar com esse público, ao contrário do que regem os documentos oficiais acerca da sala de recurso não existe atendimento adequado aos alunos de que dela necessitam. A maioria das salas de recurso que identifiquei aqui em Maceió encontram-se sem recursos para melhor atender os alunos que as necessitam, a maioria dos alunos senti-se desassistidos chegando a diminuir sua frequência na escola.

Então pela falta desse profissional especializado, de um acompanhamento adequado, pela presença de profissionais específicos como psicólogos e assistentes sociais é que a sala de recurso continua ainda tendo o título de “sala dos doidinhos” e não de uma sala que vai ajudar o aluno na inclusão escolar.

### **Um breve contexto da educação especial no Brasil**

Para entender a trajetória da educação especial no Brasil é preciso explicar por partes começando do Brasil Pré-Republicano, da primeira república, e seguindo a trajetória com a Ditadura Militar, a Abertura Política e das Reformas Neoliberais do Estado dos anos noventa, algumas dessas referências para como começou e veio se desenvolvendo a educação brasileira para pessoas especiais.

Nesse período Pré-Republicano surgiram instituições como sanatórios psiquiátricos. Em 1900, no período República durante o “4ª congresso Brasileiro e Cirurgia”, no Rio de Janeiro, é apresentado por Carlos Eiras a monografia intitulada “A Educação e tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas”, estudiosos começam a pensar na possibilidade dando atenção na alfabetização não só na saúde mais também para a educação dos “Idiotas”. A atenção vai se ampliando nas áreas na educação como estudos de pesquisa para entender o que pode ser feito para receber os especiais na área educativa, Mendes (2010, p. 95) esclarece:

Durante as duas primeiras décadas do século XX o país vivenciava uma fase de estruturação da república e emergiram discrepâncias regionais mais acentuadas, além de uma série de transformações político-sociais que resultam em mudanças no panorama da educação. Até a primeira guerra mundial, a relativa estagnação econômica da sociedade brasileira, permitiu a manutenção de um sistema dualista, servindo para a elite nacional e grande parcela da classe média, sendo que as classes populares ainda não tinham acesso a escola (Teixeira, 1977).

No Brasil a dificuldade de planejamentos e pesquisas vem sofrendo obstáculos ao longo dos seus períodos políticos, problemas esses que deixavam a nossa escolarização de lado e principalmente a escolarização para crianças com deficiência destacando as classes desfavorecidas. Quando o analfabetismo se encontrava a 80%, a psicopedagogia de pessoas com deficiência, na década de vinte e trinta, estava sendo incluída no movimento escola-novista. Mendes (2010, p. 96) escreve:

Dentre os adeptos da escola nova, que no decorrer da década de vinte empreenderam reformas estaduais destaca-se Francisco Campos, de Minas Gerais, que trouxe professores psicólogos europeus para ministrar cursos para professores. Entre estes estrangeiros chega ao Brasil em 1929 Helena Antipoff, uma psicóloga russa que se radicou no país e influenciou o panorama nacional da educação especial.

O movimento escola novista ajudou muito na educação especial perante a desigualdade social para poder submeter individualmente, em um ensino especializado e adequado, a adequação de técnicas de diagnóstico principalmente do nível intelectual especial. Assim foram os começos de ideias e troca de projetos para poder iniciar uma brecha para

educação especial no Brasil.

A prática revela que a teoria não ganha a prática, em pleno século XX segundo Jannuzzi (1992) compara o avanço e procedimentos que se adapta e melhora em alguns lugares como França, Europa e os Norte-Americanos ao contrário do Brasil que predominava a despreocupação em suas poucas e pequenas instituições e de classes especiais em escolas públicas.

Na história do país a educação especial é retrocedente e estagnada, mas, a causa pela educação especial vai deixando vestígios ao longo da história do país resultando em alguns elementos positivos ao longo dos períodos políticos.

Mendes (2010, P. 107) ainda destaca a dualidade que existente sem um resultado na educação especial que sirva a todos sem faltar assistência somando as filantrópicas somadas mais para assistência médicas e a do poder instanciado do público que elevada mais para educação, podendo fundir as duas propostas e assim tentar atender os especiais:

A realidade hoje da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no país se caracteriza por um sistema dual onde de um lado existe um forte sistema caracterizado pelo assistencialismo filantrópico com patrocínio difuso de várias instâncias do poder público, e do outro um sistema educacional fragilizado que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar desta parcela da população.

De acordo com as informações expostas é possível inferir que as salas de recursos existentes em algumas escolas públicas vem se revelando talvez em uma forma de exclusão ao invés de suporte pedagógico para a inclusão. O ponto de vista de autores como Mendes (2010) e Jannuzzi (1992) sugerem que programas de governo como as salas de recursos não são iniciativas muito diferentes daquelas adotadas desde o Brasil colônia, revelando a pouca importância que o Estado atribui aos alunos com necessidades especiais.

### **Aspectos Legais e Pedagógicos do Atendimento Educacional Especializado - AEE**

O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6949/2009, assumindo o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência.

A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular.

Fundamentada nos marcos legais e princípios pedagógicos, da igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular.

Em 2008, o Decreto nº 6.571 institui no, âmbito do FUNDEB, o duplo cômputo da matrícula dos alunos público alvo da educação especial, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no atendimento educacional especializado (AEE). Conforme definição deste Decreto, as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais. A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta

pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos.

Essa concepção está expressa nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, conforme disposto no seu art. 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Portanto, todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

### **Professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE**

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial.

O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial. As atribuições do professor de AEE contemplam a elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno, a definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno, a organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis, o ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível, a comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular, o acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares, a articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino, a orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno e realizar a interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Tendo em vista as atribuições do professor de sala de recursos como: o ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível, a comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA e a orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno e realizar a interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras, dentro dessa atividade docente complementar, é importante relatar que nada disso foi trabalhado na escola, ou na sala de recurso. Reafirmo a precariedade da formação dos profissionais da sala de recurso por parte da rede estadual de ensino. Ou seja, além de não trilhar o teatro de forma ampla, o trabalho na sala de recurso também foi limitado.

### **Objetivos e Ações do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, destinando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa tem como objetivos de apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, de assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos, de disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino e de promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.

De acordo com esses objetivos o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais, o MEC/SEESP realiza ações como, aquisição dos recursos que compõem as salas, realizam informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados, realizam monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas, fazem orientação aos sistemas

de ensino para a organização e oferta do AEE, realizar cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas, promover a formação continuada de professores para o AEE, realizar encaminhamento, assinatura e publicação dos Contratos de Doação, atualizar recursos das salas implantadas pelo Programa, apoiar à acessibilidade nas escolas com salas implantadas.

### **O teatro na sala de recurso: técnicas e problemáticas.**

Dado o exposto da trajetória histórica institucional de especiais em relação ao Estado, do Brasil colônia até hoje, foi realizado um estudo empírico concentrado no desenvolvimento da sala de recursos. Onde desenvolvi trabalho profissional como professora oficina de teatro o que me credencia para a realização deste relato, a partir da visão que tive em duas escolas públicas da capital Maceió-AL.

Segundo Brasil/MEC (2010) a sala de recursos é um programa que:

Apoia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. A intenção é atender com qualidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP. A Secretaria de Educação Especial oferece equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das salas de recursos multifuncionais, de acordo com as demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada plano de ações articuladas (PAR). De 2005 a 2009, foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendidos 4.564 municípios brasileiros - 82% do total.

É necessário lembrar que o trabalho do teatro na escola não deve se resumir a apresentações que participem da culminância de projetos na escola, como o dia das mães ou o dia do papai. Muitos outros aspectos devem ser trabalhados pelo profissional de teatro na escola. Katto (2010, p.5) afirma que:

Atualmente, pode-se dizer que a concepção predominante em Teatro-Educação apresenta como objetivo a livre expressão da imaginação criativa. Na visão tradicional, o teatro tinha apenas a função de preparar o espetáculo, não cuidando de formar o indivíduo. Mas a partir da Escola Nova, o ensino do teatro no meio educacional foi renovado; ele não se refere a somente um tipo de escola ou sistema didático, mas a todo um conjunto de princípios tendentes a rever as formas tradicionais de ensino. A educação progressista acreditava no desenvolvimento natural da criança, sendo que o professor atuava como um guia. Isto significa que o professor não devia ensinar teatro, mas sim libertar a criatividade do aluno, fornecendo um ambiente propiciador de iniciativas. Ao invés de valorizar o trabalho final, aprendeu-se que se deve dar maior importância ao processo.,

Mas a experiência relatada contou com o trabalho de teatro apenas como apresentações pontuais e amadoras por imposição do colegiado das escolas e pelo acompanhamento inadequado, pelo menos em relação ao teatro, da equipe gestora responsável pela sala de recursos.

As escolas estudadas fazem parte da rede estadual de ensino, as quais vamos chamar de escola A e B, um espaço de cada escola é fornecida para o programa para fácil conforto e melhor aproveitamento do trabalho. O teatro funciona na sala de recurso como auxílio criativo e estímulo para que os alunos possam entrar em contato com outras crianças, desenvolvendo o diálogo e trabalhando a timidez. A condição de especial faz com que muitos alunos se sintam seguros com medo de se mostrarem, de mostrarem o que se aprenderam como outros tipos de sinais e linguagens, o teatro ajuda a mostrar que o estigma de incapaz e desprotegidos não é o limite para que os próprios no futuro possa conseguir um lugar na sociedade.

Existem muitas dificuldades no espaço escolar. Ambas as escolas precisam se adaptar para receber aluno com certas deficiências. Nas aulas de alguns professores que precisam, mas não conseguem um espaço diferente como um espaço arejado, limpo, sem nenhum objeto, para que possa melhor receber o aluno e o próprio professor, um espaço preparado e adaptado a pessoas especiais, um espaço só delas e para elas e suas atividades pedagógicas. Como esse espaço não existia nas escolas que trabalhei, perdia-se muito tempo e força procurando esse local na escola e quando finalmente o organizávamos com o mínimo de condição ainda tinha que arrumar para deixar limpo e espaçoso. Depois de toda essa maratona depois da atividade pedagógica o aluno precisava ajudar na desarrumação e arrumação do espaço, pois em geral a sala de recurso era um lugar inadequado para exercícios e atividades pedagógicas ligadas ao teatro.

Ambas as escolas contavam com pátio, mas esse local também não é adequado às atividades pedagógicas de teatro, o

principal ponto negativo era a perda da privacidade com o fim do mistério da preparação para o espetáculo, o diálogo íntimo da produção das aulas com os alunos, as técnicas por entender as etapas de uma apresentação teatral para melhor absorção a atuação, o contato em faixas com plateia e ator/aluno, o fato dos alunos transitarem o tempo todo atrapalhava, desconcentrava os alunos e o professor. Como o aluno e o professor podem descobrir a capacidade cênica do aluno? E tal exposição inibe os alunos tendo inclusive ter havido a desistência de alunos da sala de recursos em função disso.

A maioria dos alunos não respeitava os horários da sala de recursos, o que ocasiona problemas de comunicação nas aulas regulares, pois muitos queriam sair da sala de aula regular e ficar na sala de recurso. Na verdade as atividades deveriam ser prestadas aos alunos no contraturno, ou seja, os alunos que fazem o ensino regular no período matutino deve frequentar a sala de recurso no período vespertino e vice versa. Nas escolas observadas realizar as oficinas teatrais, era muito difícil porque a maioria dos alunos contava com deficiência mental (DM) moderada e severa e por isso as condições limitadas da recurso da sala de recursos não era suficiente para o atendimento pleno do auxílio educacional, necessitando de apoio de profissionais da área de saúde. Muitos alunos estavam em tratamento e tomavam ou não seus remédios o que podiam deixa-los sonolentos ou agressivos, felizmente casos de agressividade eram raros, essas questões prejudicavam muito o sucesso dos trabalhos desenvolvidos.

Nas escolas era comum o aluno deixar de frequentar as aulas de teatro e também as aulas regulares por motivos médicos. Motivos esses que não são de competência da escola, mas a partir do momento que se estabelece uma sala de recursos para esses alunos, é necessária uma parceria com a área de saúde ou o atendimento não poderá surtir o efeito pedagógico esperado.

Muitos projetos de teatro, que seriam as peças teatrais, não se consolidaram, não porque esses alunos não tomavam seus remédios, mas porque não havia um acompanhamento efetivo da escola e de profissionais de saúde junto as famílias.

Muitas vezes por falta de quantidade suficiente de alunos o professor acaba se envolvendo com eventos comemorativos na escola em detrimento de sua verdadeira função, que é a de facilitador entre o conhecimento e o aluno através dos recursos pedagógicos disponíveis do teatro que não são apenas peças pré-determinadas pela equipe gestora da escola.

### **Considerações finais**

Dado o exposto a experiência foi muito rica enquanto profissional, mas infelizmente ainda é observada a forma estereotipada com a qual é visto o teatro na escola, ou seja, delegado a uma condição de simples coadjuvante em festas e eventos comemorativos, como o dia das mães ou as festas juninas, não que esses eventos não sejam importantes para que o teatro seja manifestado na escola, o problema é que a ação do profissional do teatro na escola se atém exclusivamente a essas.

O papel do teatro é muito maior que peças pontuais e amadoras, o teatro tem a capacidade de desenvolver a comunicação, de formar personalidades como as de liderança, o desenvolvimento da competência de trabalhar em grupo, o teatro tem a capacidade de promover o autoconhecimento, a autoestima, ajuda a desenvolver a autoconfiança, desenvolve a consciência corporal e motora e desenvolve a memória e o raciocínio, mas todas essas habilidades não são apenas desenvolvidas em função da preparação para peças, mas sobre tudo na formação de espectadores e nas imensas possibilidades do aluno ter acesso a uma enculturação cênica.

O teatro inseri os alunos no mundo das artes. O texto dramático aproxima da literatura, a sonoplastia e trilha sonora abrem alas para a música, os figurinos trazem a moda para a cena, a construção de cenários dialoga com elementos da arquitetura e artes plásticas. Essas referências expandirão seu horizonte cultural e instigarão sua vontade de conhecer mais. E permitira com que esse individuo se torne um cidadão mais cultural e reconheça a necessidade não, principalmente de “fazer” teatro, mas sobretudo de estar, de assistir, de consumir teatro, uma das manifestações artísticas mais antigas do desenvolvidas pelo ser humano e que representa a principal forma de diversão, de informação, de discussão, de enculturação, de reflexão e crítica da atualidade, a exemplo das telenovelas tão difundidas.

Mas o aluno precisa aprender a se libertar dos padrões televisivos e entender que o teatro é mais interessante, pois os leva a reflexão mais imparcial. Esse tipo de enculturação não se consegue apenas “treinando” alunos para peças de teatro. É preciso que os responsáveis pelas redes de ensino formem melhor os professores/oficineiros nessa perspectiva. É preciso que a equipe gestora, que a comunidade escolar não espere do professor/oficineiro de teatro apenas aglomerações de alunos cantando músicas ensaiadas do dia das mães, mas estimule que os alunos sejam realmente inseridos no mundo do teatro e conheçam grupos teatrais locais e sejam público. Nessa perspectiva o aluno com ou sem necessidades especiais terão ampliadas suas potencialidades e visão de mundo.

## Referências

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**, 2010. Disponível em: [www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp). Acesso em: 26/04/2015.

KATTO, Suzana de Brito. **A Dramatização como Ferramenta Didática**. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1842-8.pdf> Acesso em: 20/06/2015.

JANNUZZI, G. M. A.; **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados. 1992.

MAZZOTTA, M. J. S.; **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, 5ª ed., São Paul, Cortez Editora. 2005

MENDES Enicéia Gonçalves; Breve histórico da educação especial no Brasil, **Revista Educación y pedagogia**, Medellín, Universidad de Antioquia, facultad de educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. pp. 93-109.

[1] Aluna de licenciatura de Teatro – UFAL. Nº de matrícula 13110273. Monitora de sala de recurso pela rede estadual de ensino de Alagoas. Atriz - DRT-SATD/ AL N 46201.003922/2009-50. E-mail: arabayana@hotmail.com

Recebido em: 01/07/2015

Aprovado em: 02/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: